"O papel da bicicleta na mobilidade urbana"



O automóvel continua a ser, na maioria das cidades portuguesas, o principal responsável pela ineficiência ambiental e pelo incumprimento das metas do Protocolo de Quioto, em resultado das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do sector dos transportes, sendo o principal responsável por congestionamentos e ocupação de ruas e praças.

Cidades em que as pessoas tenham dificuldades em se movimentarem são cidades pouco apelativas e onde a produtividade e fruição da cidade como centro de cultura e lazer estarão também comprometidas tal como o desfrutar de um ambiente saudável em que as crianças possam simplesmente brincar na rua.

Encorajar o uso da bicicleta, além de contribuir para uma redução de poluentes e seus efeitos está já a ajudar a cumprir objectivos das agendas 21 em muitos países: salvaguarda de recursos, cooperação, envolvimento e participação pública, respeito pelas necessidades sociais, económicas e ambientais.

Apostar na promoção da bicicleta (no caso velocípedes sem motor) como modo complementar de mobilidade ao andar a pé e aos transportes públicos, por ser um veículo não poluente, trará benefícios a médio e longo prazo ao ajudar a resolver problemas nos sectores do ambiente, transportes e trânsito. Além de ecologicamente correcta uma política que seja orientada para medidas que fomentam o aumento do número de utilizadores de bicicleta será lucrativa em termos financeiros, por poupança de recursos energéticos e monetários e pela criação de mais valias comerciais e económicas.

Na Europa e no mundo, por iniciativa dos governos, regiões, municipios ou privados, o aumento de utilizadores de bicicleta é muito positivos, desde logo ao alterar a vivência da cidade diminuindo o número de automóveis e ao estimular a indústria, o comércio e os serviços, criando emprego e diminuindo custos com necessidades de parqueamento automóvel e com o absentismo (atrasos ou doença).

A OMS demonstra que a saúde é um dos factores chave que leva as pessoas a escolherem utilizar a bicicleta, quer para o lazer quer como forma de mobilidade diária, estar-se-á a apostar numa política sustentável do ponto de vista da saúde pública, física e mental, dado o elevado potencial de uma utilização regular para melhorar a saúde a diversos níveis (doenças coronárias, colesterol, diabetes, obesidade e tabagismo, entre outras).

Ao contrário da Europa e do resto do mundo, Portugal tem evoluído a um ritmo muito lento, pouca promoção da utilização da bicicleta nas cidades, sobretudo nas vertentes da mobilidade e transporte, para acesso a locais de trabalho e escolas, comércio e serviços.

O esforço na criação de condições promotoras da utilização da bicicleta tem sido feito essencialmente pelas autarquias. Quer a alocação de espaço público para o trânsito de bicicletas, quer a permissão de partilha de espaços bem como a oferta de zonas de parqueamento e disponibilização de bicicletas de uso público têm contribuído localmente para um incremento do número de utilizadores que há 10 anos se situava nos 0,5% da população.

O Código da Estrada Português tem de se aproximar das outras legislações europeias no que à bicicleta diz respeito e sofrer também algumas alterações nos sistemas nacionais de taxas com o objectivo de promover a bicicleta para o trabalho. Não faz sentido uma taxa de IVA igual à de um automóvel. Integrar as vias cicláveis já existentes em redes regionais ou nacional a exemplo de um plano rodoviário. Deverá ser planeada uma redes nacional de ciclovias a que acrescem os propósitos de lazer e turismo (nacional e internacional).

Melhorar os transportes colectivos de modo a tornaram-se eles próprios uma marca de qualidade tornando-os cada vez mais confortáveis, seguros, regulares e pontuais e com ligações que sirvam os destinos habituais e que permitam a complementaridade com a bicicleta, por permissão de transporte do velocípede gratuitamente e pela disponibilização de condições de parqueamento e de acesso a terminais.

A Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB), promove a mobilidade desde 1987, com 1100 colectivos e 30.000 pessoas e U.P., tem como objectivos a defesa do ambiente através da promoção da bicicleta e o desenvolvimento da prática do cicloturismo, manutenção e turismo, representando-o internacionalmente e em Portugal. (www.fpcub.pt)

FPCUB